

510202003410000000000000010010012000081016539

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, DE 1999

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Primeiro Signatário**: Deputado CELSO GIGLIO **Relator**: Deputado LUIZ ANTÔNIO FLEURY

## I - RELATÓRIO

Trata-se de proposta de emenda à Constituição acrescentando novo artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT visando criar, na Administração Pública de todos os entes da Federação, um "quadro temporário em extinção" em que se enquadrariam todos os servidores públicos que foram considerados estáveis pelo artigo 19 da ADCT da Constituição de 1988.

A proposição foi distribuída inicialmente à esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação – CCJR, que deverá se manifestar sobre a admissibilidade da mesma.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

A matéria vem a esta Comissão para que emitamos parecer quanto à sua admissibilidade, a teor do que estabelecem os arts. 32, III, "b" e 202, *caput*,, do Regimento Interno.

Após, sobre o mérito da mesma, dirá Comissão Especial, "ad hoc", e perante a qual poderão ser apresentadas emendas, caso esta Comissão entenda ser a proposição admissível ao debate parlamentar.

Examinando a PEC nº 54, de 1999, verifica-se que, sob o aspecto formal, a proposta obedece aos preceitos do inciso I e § 1º do art. 60 da Constituição Federal, bem como dos incisos I e II do art. 201 do Regimento Interno, pois as emendas foram acompanhadas do número de assinaturas necessárias e não se acha o país na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.

Quanto ao conteúdo, observa-se que a matéria tratada na PEC nº 54, de 1999, é passível de deliberação por via de proposta de emenda constitucional, porquanto o § 4º do art. 60 da Carta Política exclui dessa deliberação apenas as proposições tendentes a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação de Poderes, e os direitos e garantias individuais, o que não é o caso da proposição.

Nada há a obstar, também, quanto à técnica legislativa utilizada na elaboração da presente proposição.

Face ao exposto, votamos pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição de nº 54, de 1999, cujo primeiro signatário é o Deputado Celso Giglio.

Sala da Comissão, em

de

de 1999.

Deputado LUIZ ANTÔNIO FLEURY Relator 91243405.118